

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 25 de junho de 2025 às 07h52
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

ABPI

Congresso internacional da propriedade intelectual	3
---	----------

AGENDA

Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.126	5
--------------------------------	----------

AMANHECIDAS | MIGALHAS

Arbitragem e Mediação

Desistência de pedidos na arbitragem	12
---	-----------

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Anthropic obtém decisão importante sobre IA em processo sobre direitos autorais	15
--	-----------

BLAKE BRITAIN

Folha.com | BR

Pirataria

Anatel aproveita zona cinzenta na lei para bloquear sites	16
--	-----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | LUCAS MARCHESINI

IstoÉ Online | BR

Direitos Autorais

Juiz dos EUA respalda treino de IA com livros protegidos por direitos autorais	18
---	-----------

ÚLTIMAS

Veja.com | BR

Direitos Autorais

A disputa de Roberto Carlos no STF para rever pagamentos no streaming	19
--	-----------

FELIPE BRANCO CRUZ

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Brasil adere a tratado sobre patentes com microrganismos	20
---	-----------

Monitor Mercantil Digital online | BR-RJ

ABPI

Quando o calo aperta, 'abaixo os cortes!'	22
--	-----------

Congresso internacional da propriedade intelectual

AGENDA



Evento organizado pela **ABPI** retorna a São Paulo para discutir a colaboração na Era da IA e acontecerá entre 17 e 19/8.

Congresso internacional da propriedade intelectual
Evento organizado pela **ABPI** retorna a São Paulo para discutir a colaboração na Era da IA e acontecerá entre 17 e 19/8. terça-feira, 24 de junho de 2025
Atualizado às 14:56 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

O tradicional Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, organizado pela **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, retornará em breve à cidade de São Paulo. A 45ª edição do maior evento do gênero na América Latina está marcada para os dias 17, 18 e 19/8 e será focada na "Colaboração na Era da Inteligência", com soft opening 100% online de 12 a 14/8.

A escolha do tema norteador, segundo Gabriel Leonardos, presidente da **ABPI**, está em sintonia com aquele eleito pelo Fórum Econômico Mundial em 2025, Collaboration for the Intelligent Age. "Esse alinhamento reflete a nossa busca pelo debate de temas relevantes e emergentes", declarou, complementando a necessidade da colaboração entre diferentes setores da sociedade neste momento de grandes transformações tecnológicas. "Precisamos trabalhar juntos para lidar com os desafios e as oportunidades trazidas pela inteligência artificial e outras inovações disruptivas."

Com duas plenárias e 12 painéis, o Congresso oferecerá conteúdo exclusivo com especialistas da área de propriedade intelectual. Eles abordarão, tanto na versão presencial quanto online, questões como:

Interseção entre inteligência artificial, inovação e PI, e como as legislações podem se adaptar a essas mudanças;

O impacto das novas tecnologias na criação, proteção e distribuição do conhecimento e da **propriedade** intelectual;

Colaboração entre governos, empresas, universidades e outras entidades para criar um ambiente regulatório que favoreça a inovação;

Maneiras como as tecnologias podem ser usadas para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que protegem os direitos de propriedade intelectual.

Entre os palestrantes confirmados estão Ryan Abbott, advogado do caso DABUS; Júlio César Castelo Branco, presidente do **INPI** - Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial; Loreto Bresky, diretora sênior no Departamento Jurídico de Assuntos Internacionais do PCT da OMPI - **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual; Carlos Affonso Souza, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio; Etienne Sanz de Acedo, CEO da INTA - **International** Trademark Association; e Ralph Nack, reporter general da **AIPPI** - International Association for the Protection of Intellectual Property.

As inscrições para o 45º Congresso Internacional da **ABPI** poderão ser feitas clicando aqui!

Keynote speakers internacionais

Outro destaque da edição deste ano são os keynote speakers internacionais. Um dos nomes já anunciados pela organização do Congresso foi Ryan Abbott, advogado-sócio do escritório americano Brown, Neri, Smith & Khan, LLP, e professor na Universidade de Surrey e na Universidade da Califórnia. Ele está à frente dos principais processos que buscam

Continuação: Congresso internacional da propriedade intelectual

assegurar prote

Soft opening

Os inscritos no Congresso terão acesso ao soft opening a ser realizado online nos dias 12, 13 e 14/8. Durante o evento, serão debatidos temas divididos em table topics que vão abordar: os limites do uso anterior de boa-fé frente ao registro de marca nas disputas judiciais de abstenção; retenção alfandegária e defesa da marca; direitos, procedimentos e expectativas; marcas no mundo digital: proteção e riscos com IA; pesquisa clínica e **patentes** no Brasil; e registros de expressões de propaganda como marca no **INPI** - impactos práticos da mudança de entendimento.

Dia do Jovem Profissional de PI

No dia 17/8, na abertura do 45º Congresso, haverá um evento à parte dedicado às novas gerações de profissionais de propriedade intelectual. Realizado de forma inédita pela **ABPI**, o encontro tem o intuito de comemorar o Dia do Jovem Profissional de PI com uma tarde inteira de painéis e atrações voltadas para estudantes e recém-iniciados na área.

Idealizado e organizado pelo Comitê de Jovens Profissionais de PI, o objetivo é atrair novos talentos, criar um canal de conhecimento sobre o setor entre a **ABPI** e os novos profissionais, além de proporcionar a oportunidade de networking e aprendizado essencial para quem quer se consolidar na área.

Poderão participar estudantes de Direito, recém-formados e profissionais de PI de até 35 anos de idade. O evento terá keynote speaker e workshops interativos a serem anunciados em breve.

Prêmio Patente do Ano

No dia do encerramento do Congresso, haverá a entrega do Prêmio Patente do Ano da **ABPI**. Chegando à sua 6ª edição em 2025, a premiação irá contemplar patentes que envolvem o uso de inteligência artificial.

O prêmio é uma oportunidade para empresas e pesquisadores brasileiros mostrarem suas criações e serem reconhecidos por suas contribuições na área de propriedade intelectual. Os vencedores são premiados com placas de reconhecimento e um ano de associação gratuita à **ABPI**.

Para informações sobre o regulamento e inscrições, acesse aqui.

Serviço:

Dias: 17, 18 e 19/8

Local: Sheraton São Paulo WTC Hotel - Av. das Nações Unidas, 12.559 - Brooklin Novo, São Paulo

Programação:

Realização: **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

e faça sua inscrição!

Acesse aqui e confira a programação completa!

MIGALHAS nº 6.126

AMANHECIDAS



Terça-Feira, 24 de junho de 2025 - Migalhas nº 6.126.

Fechamento às 07h49.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

ADFAS - Associação de Direito de Família e das Sucessões

()

"A guerra também é humana, por mais desumana que nos pareça."

Machado de Assis

Cessar-fogo

Na noite de ontem, o presidente Donald Trump anunciou, por meio de suas redes sociais, um cessar-fogo entre Israel e Irã.

Defesa ou agressão?

Como tudo que é humano não nos é estranho, falemos sobre a chamada "Guerra dos 12 dias". Aqui, a escalada bélica destes últimos dias é analisada sob o prisma do Direito Internacional. E são os professores-doutores Danilo Simini e Caio Gracco que dão suas abalizadas opiniões. ()

Marco legal das garantias
abpi.empauta.com

STF começou a julgar a validade de dispositivos do marco legal das garantias que permitem execução e busca e apreensão de bens de forma extrajudicial. Relator, ministro Toffoli votou pela constitucionalidade das medidas, ao afirmar que o procedimento é facultativo, exige cláusula contratual expressa e não elimina o controle judicial. Segundo o ministro, trata-se de mecanismo que moderniza o crédito sem sacrificar garantias fundamentais. ()

Gravidez de risco

Ministro Alexandre de Moraes autorizou a retirada da tornozeleira eletrônica de ré acusada de envolvimento nos atos do 8 de janeiro. Laudos médicos atestaram que ela enfrenta uma gestação de alto risco, incompatível com o uso do dispositivo de monitoramento. ()

Esterilização voluntária

Ministro Flávio Dino pediu destaque no julgamento que discute trechos de lei sobre esterilização voluntária. ()

Cartazes antiaborto

Liminar suspendeu a aplicação de lei carioca que obrigava a fixação de cartazes desestimulando o aborto em unidades de saúde. ()

Professor Emérito

Amanhã, as Arcadas do Largo S. Francisco, a velha e sempre nova academia de Direito de SP, serão palco de uma solenidade marcante: o professor doutor Ricardo Lewandowski, ex-presidente do STF e atual ministro da Justiça, recebe título de Professor Emérito da USP. É o sobranceiro da carreira do Mestre. A cerimônia acontece às 18h30, no Salão Nobre da Faculdade de Direito. ()

Contraproposta

4ª turma do STJ decidiu que instituições financeiras não devem sofrer sanção por não apresentarem contraproposta durante audiências com consumidores superendividados. ()

Juros e correção

Devedor pagará encargos moratórios mesmo após depósito judicial, decide TJ/SP. ()

Via alternativa

Uber, iFood, Amazon, Netflix e outros aplicativos devem fornecer à Justiça dados de devedores. Decisão se deu após tentativas frustradas de encontrar bens via Sisbajud. ()

Sucessão

Como bem se sabe, casamento em regime de separação de bens não exclui cônjuge da herança. De acordo com decisão, na ausência de descendentes e ascendentes, o cônjuge sobrevivente é o único herdeiro, conforme o Código Civil. ()

Aposentadoria

Ministro Alexandre de Moraes pediu destaque no julgamento que discute se a aposentadoria compulsória de empregados públicos aos 75 anos pode ser aplicada diretamente ou se depende de regulamentação por lei complementar. ()

Improbidade administrativa

STF suspendeu julgamento de embargos contra decisão da Corte que fixou tese exigindo dolo para configuração de improbidade administrativa. ()

Economia e política

A Faculdade de Direito da USP realiza sexta-feira,

27/6, às 11h30, um "Encontro com o ministro da Fazenda Fernando Haddad", no auditório Rubino de Oliveira. Antigo aluno das Arcadas, ex-presidente do centenário Centro Acadêmico XI de Agosto, Haddad volta aos chãos de pedra da faculdade para conversar com a mocidade acadêmica e com a sociedade brasileira. Ouçamo-lo, pois. ()

Abalo psicológico

TST fixou em R\$ 300 mil indenização por danos morais a bancário que foi sequestrado com a família em crime de extorsão. ()

Fragilizada emocionalmente

Justiça declarou nulo pedido de demissão de funcionária feito sob efeito de medicamentos para depressão e ansiedade. ()

Pintou indenização

TRT-9 condenou empresa a indenizar vendedor que sofreu constrangimentos pelo superior após pintar o cabelo de rosa. ()

Omissão da empresa

TRT-18 condenou rede varejista a indenizar ex-tesoureira após transtorno de ansiedade causado por assédio moral praticado por colegas. ()

Omissão da empresa - II

Empresa deverá indenizar por permitir atos discriminatórios contra funcionária transexual, como piadas, exclusão no banheiro e até abaixo-assinado organizado por colegas pedindo sua dispensa. ()

Privacidade

TRT-15 determinou a realização de novo julgamento em processo trabalhista, com a proibição do uso de provas digitais, a fim de resguardar a privacidade da

trabalhadora envolvida. ()

Fora da cobertura

Por se tratar de medicamento de uso domiciliar sem cobertura obrigatória, juiz decidiu que empresa não precisa custear tratamento com canabidiol para trabalhadora vítima de acidente. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas de Responsabilidade Civil

Frederico Glitz expõe a polêmica do bloqueio de celular por dívida, mostrando como a medida viola direitos e desvirtua a função social do contrato. ()

Jurisprudência do CPC

Embargos de divergência ganham nova roupagem. Mirna Cianci explica que agora é exigida demonstração mais precisa do conflito, em linha com o aperfeiçoamento do sistema recursal. ()

Informação Privilegiada

Isabelle Pinheiro Jackiu discute os limites da aplicação da lei de lavagem de dinheiro em doações eleitorais, defendendo uma interpretação penal restrita e tecnicamente fundamentada. ()

Arbitragem legal

Professor Thiago Marinho Nunes discorre sobre a desistência de pedidos na **arbitragem**, destacando a inaplicabilidade do CPC no tratamento da matéria. ()

Observatório da **Arbitragem**

Lauro Parente mostra como o foco exagerado nas ex-

ceções negativas pode distorcer a percepção sobre a **arbitragem** e defende uma visão mais equilibrada sobre o que realmente funciona. ()

Migalhas Infância e Juventude

Segurança acima da conveniência: CNJ veta assinaturas digitais simples em autorizações de viagem para menores reforçando a proteção infantojuvenil, como destaca Heitor Moreira de Oliveira. ()

Special Situations e Financiamento de Litígios

Daniel Kalansky trata de um caso real que ilustra a importância do litigation finance em disputas empresariais, com foco na batalha judicial entre a Underwood Ranches, uma tradicional fazenda californiana, e a Huy Fong Foods, famosa fabricante do molho Sriracha. ()

Papo Jurídico

Guilherme Galhardo Antonietto analisa decisão do STJ que fixa o início do prazo de contestação do réu remanescente apenas após a homologação da desistência em relação ao corréu ausente. ()

Migalhas de peso

- "E as cotas para pessoas com deficiência? A lei 15.142/25 e o silêncio incomodante", por Ricardo Nascimento Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "CID I50 e cardiopatia grave: Quais são os tipos e direitos?", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "Entenda por que imigrantes podem ser detidos nos EUA mesmo sem crimes comuns", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Decisões judiciais provocam queda de arrecadação seguida de aumento de impostos", por

Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Do valor da causa (arts. 261 a 263)", por Fábio Luiz (Pereira Advogados). ()

- "A importância da assessoria jurídica no setor de turismo: Protegendo e fortalecendo o seu negócio", por Alessandra Salim (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "A assinatura digital tem validade jurídica no Brasil em 2025?", por Eder Fonseca (SuperSign). ()

- "O SCR - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil: Desnecessidade de notificação individualizada", por Willy Nascimento Lanza (Mascarenhas Barbosa Advogados). ()

- "Crédito acumulado de ICMS e a reforma tributária (EC 132): A necessidade de uma transição justa para os contribuintes", por Cristiano Araujo Luzes e Gabriel Eugênio Barreto Moreira (Serur Advogados). ()

- "Lei de incentivo ao esporte: Investimento permanente e avanços para o futuro", por Paula Racanella Storto (Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados). ()

- "A responsabilidade pelo tratamento de dados no mercado imobiliário", por Caroline Teófilo e Lorena Botelho (Urbano Vitalino Advogados). ()

- "O humor no banco dos réus: Os casos Larry Flynt e Léo Lins", por Luciano Andrade Pinheiro (Corrêa da Veiga Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiaadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos,

editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

ADFAS - Associação de Direito de Família e das Sucessões

Comprometida com a proteção da família, reconhecida como núcleo fundamental da sociedade, a ADFAS mantém atuação firme e representativa no cenário jurídico-institucional. Destaca-se por sua presença junto ao CNJ e ao STF, na qualidade de amicus curiae, e por sua participação ativa no Congresso Nacional, contribuindo para a elaboração de projetos de lei e oferecendo análise crítica de propostas que possam afetar os valores essenciais da família. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Filial

Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados abriu uma nova filial em Brasília. A nova unidade foca nas áreas de Previdência Privada, Saúde Suplementar e Direito Empresarial Trabalhista. ()

PI

A partir de 1º de julho, os escritórios especializados em Propriedade Intelectual Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados e Vilela Coelho passam a integrar suas operações. Com a união, as duas bancas passam a atuar sob o nome Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello, fortalecendo a posição no mercado nacional e internacional.

Baú migalheiro

Há 65 anos, em 24 de junho de 1960, ocorreu uma tentativa de assassinato do presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt, em Caracas, por meio da explosão de um carro-bomba durante um desfile militar. Be-

tancourt sobreviveu ao atentado com queimaduras nas mãos e no rosto, e o episódio foi amplamente atribuído ao regime de Rafael Trujillo, da República Dominicana, em represália à posição firme de Betancourt contra ditaduras latino-americanas. (Compartilhe)

Tem sorteio aqui!

Concorra a um exemplar da obra "LC 214/2025 Comentada - Reforma Tributária - Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS)" (Grupo Gen, Editora Atlas 480p.), de Hugo de Brito Machado Segundo. ()

Novidades

AASP lança hoje, às 10h, via Zoom, a 116ª edição da revista, em homenagem ao jurista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, fundador da Advocacia Mariz de Oliveira. () Avelar Advogados apresenta a pauta penal da semana com os julgamentos relevantes do ST-F. para conhecer as principais questões criminais que serão enfrentadas. Cescon Barriou Advogados divulgou edição de maio da "Newsletter Energia" (). Divulgou também informe "Imobiliário" sobre "CNJ regulamenta serviço de conta notarial vinculada". ()

Migalhíssimas

"Energy Summit", evento global focado em inovação e empreendedorismo nos setores de energia e sustentabilidade, acontece até dia 26/6, no RJ, e terá participação de sócios do escritório Demarest Advogados. João de Almeida participa hoje, às 16h, do debate "Private Equity e os investimentos na transição energética". Tatiana Campello participa dia 26 da masterclass "Da ideia ao impacto: navegando pela inovação e **propriedade** intelectual no setor energético". () Amanhã, às 12h, Ana Tereza Basilio, de Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ, profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pes-

soais)" com o tema "Os Direitos dos Titulares: Como exercê-los". Pelo canal "Mentoria OABRJ", no YouTube, . TRF-3 realiza amanhã, das 10h às 12h30, a roda de conversa "Maternidade como trabalho: remição da pena das mães presas que amamentam", na sede do tribunal. Na abertura, será apresentada a obra coletiva "Proteção Jurídica dos Cuidados", que traz artigos inéditos sobre o tema, incluindo o texto "A Amamentação como Trabalho de Cuidado para Fins de Remição da Pena", assinado pela palestrante Cecilia Mello, e pelas advogadas Flávia P. Amorim e Marcella Halah, de Cecilia Mello Advogados. Vilhena Silva Advogados realiza amanhã, às 18h30, o evento gratuito e online "Reajustes de planos de saúde explicados na prática: direitos, leis e soluções". O encontro será conduzido pelos advogados Fabio Santos, Thais Kechichian e Letícia Caboatan, que vão abordar os principais tipos de reajuste - por faixa etária, anual e por sinistralidade -, as mudanças no mercado e orientar os participantes sobre seus direitos, como contestar aumentos abusivos e quais caminhos legais podem ser buscados. () Dia 26/6, das 8 às 20h, Demarest Advogados sediará o evento "Brasil Protagonista: Liderança Corporativa e o Futuro do Mercado de Carbono", em SP, realizado em parceria com a SINAI Technologies Inc. e o apoio da IETA. () No dia 26/6, às 10h30, Brasil Salomão e Matthes Advocacia realiza o evento "Desmistificando o ESG", em Ribeirão Preto/SP. O encontro trará palestras sobre regulamentação ESG no Brasil, estratégias práticas de implantação e cases do Canadá. Na ocasião, será lançado o livro "Integrando o ESG às práticas das empresas", apresentado pelo autor Luiz Ferraro. () Rita Cortez, de AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB, participa do "Conexão IAB", dia 26/6, às 19h. A transmissão será pelo @iabnacional e durante a conversa será apresentado o "Novo Programa de Lives" do IAB. Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) realiza dia 1º/7, às 10h30, o webinar "Orgulho e Inclusão LGBTQIA+: O Papel das Empresas Engajadas". () Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira participou do 5º episódio do podcast "Além da lei", relembrou sua trajetória, falou sobre a transição do Direito analógico

para o digital e destacou a importância de construir autoridade no ambiente online. () Arnone Advogados Associados liderou a estruturação jurídica e institucional do "Global Meeting - Finanças Sustentáveis", em Brasília. Com atuação técnica de Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine, o escritório impulsionou o ESG20+ e a criação do Conselho Permanente de Finanças Sustentáveis. ()

Direito Internacional

Amanhã, o Grupo de Interesse sobre Cortes e Tribunais Internacionais da SLADI/LASIL realiza um workshop online sobre como narrativas jurídicas são construídas e disputadas nos tribunais internacionais. O evento será presidido pela professora Paula Wojcikiewicz Almeida, da FGV Direito Rio. ()

Democracia e instituições

Hoje, às 9h30, o IASP promove o seminário "Democracia e Normalidade Institucional", com especialistas em Direito Constitucional debatendo o papel das instituições na retomada da ordem democrática. ()

Lives

A estréia do "Conexão IAB", circuito de lives do IAB, acontece nesta quinta-feira, 26/6, às 19h. ()

Geração Legal Tech

O mais novo episódio do podcast "Geração Legal Tech" traz uma conversa reveladora com Victor Rizzo, diretor de inovação da e-Xyon e CEO da INOV.AI. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um

profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Murici

BA/Governador Mangabeira

MG/Carangola

MG/Jaboticatubas

MG/Paraguaçu

PR/Goioerê

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Israel and Iran Said to Reach Cease-Fire"

The Washington Post - EUA

"After retaliation, hope for ceasefire"

Le Monde - França

"Israël-Iran : le « cessez-le-feu » incertain de Trump"

Corriere della Sera - Itália

"Trump: intesa per la tregua"

Le Figaro - França

"Riposte iranienne contre les États-Unis : dangereuse escalade"

Clarín - Argentina

"Después de los ataques a Irán, Trump anunció el fin de la guerra"

El País - Espanha

"Trump anuncia un 'alto el fuego total' entre Israel e Irán desde hoy"

Público - Portugal

"'Vistos gold' e altamente qualificados fora de restrições ao reagrupamento"

Die Welt - Alemanha

"Schluss mit der deutschen Fencheltee-Diplomatie!"

The Guardian - Inglaterra

"Trump: Israel and Iran have agreed to a 'total ceasefire'"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Israel e Irã acertam cessar-fogo em guerra de 12 dias, diz Trump"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Trump anuncia cessar-fogo por 24 horas na guerra entre Israel e Irã"

O Globo - Rio de Janeiro

"Trump anuncia que Israel e Irã aceitaram cessar-fogo"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Trump Anuncia Cessar-Fogo"

Correio Braziliense - Brasília

"Trump anuncia cessar-fogo. Irã espera Israel para os ataques"

Zero Hora - Porto Alegre

"Trump diz que Irã e Israel fecharam acordo para suspender ataques a partir de hoje"

O Povo - Ceará

"Após ataques, Trump anuncia cessar-fogo entre Israel e Irã"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Trump anuncia cessar-fogo sem comunicado oficial de Israel e Irã"

Desistência de pedidos na arbitragem



Thiago Marinho Nunes

Um dos temas mais explorados em sede de **arbitragem** nos últimos tempos diz respeito à possibilidade de aplicação subsidiária, ou, ao menos, por analogia, do Código de Processo Civil ("CPC") na arbitragem¹. Trata-se, com efeito, de tema relevante, dada a insuficiência da lei 9.307/96 ("Lei de **Arbitragem**") no tratamento de certos temas de direito processual lacunosos num sistema igualmente processual, que é o da arbitragem².

O tão comentado precedente do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") oriundo do Recurso Especial 1.851.324/RS³ fomentou o debate sobre o tema, fazendo com que os operadores do direito se deparassem com questionamentos dos mais diversos. Entre eles, se as regras do CPC realmente devem ser descartadas em matéria de **arbitragem**. A resposta imediata a tal assertiva não pode ser totalmente negativa, dado o caráter processual da **arbitragem**, que, como no processo civil, tem como fim o estabelecimento de uma prestação jurisdicional, e não podem, bem como não devem, ser tratados de forma isoladas.

Um ponto crucial de natureza processual civil aplicável à **arbitragem** é o princípio da estabilização de demanda⁴. A função da estabilização da demanda seja no processo judicial, seja no arbitral, é a de justamente resguardar o amplo direito de defesa e o contraditório, impedindo manobras dilatórias e preservando a boa-fé processual e a lealdade entre as partes, exigindo que apresentem, de uma só vez, to-

dos os argumentos que possam deduzir. Em sede arbitral, os pedidos formulados pelas partes devem constar do termo de **arbitragem**, bem como devem ser desenvolvidos nas alegações escritas que se sucedem. A respeito desse tema, a doutrina brasileira é uníssona no sentido de que a estabilização da demanda ocorre no momento da assinatura do termo de arbitragem⁵.

Com o objetivo de resguardar a segurança jurídica do processo arbitral e reafirmar a regra geral segundo a qual a estabilização da demanda se dá com a celebração do termo de **arbitragem**, observa-se que, na ausência de disposição específica na Lei de **Arbitragem**, os regulamentos das principais instituições arbitrais usualmente preveem que qualquer alteração, modificação ou aditamento da demanda - inclusive a formulação de novos pedidos - somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do tribunal arbitral, após a assinatura do termo de **arbitragem**. Assim ocorre, por exemplo, no regulamento de **arbitragem** da Câmara de Comércio Internacional ("CCI")⁶ do Centro de **Mediação Arbitragem** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC")⁷, da Câmara de Conciliação, **Mediação** e **Arbitragem** CIESP/FIESP ("C-MA-CIESP")⁸, dentre outros.

Com efeito, pela leitura das regras regulamentares citadas nas notas 6 a 8, observa-se que as disposições lá existentes fazem menção a alterações e inclusões de pedidos no âmbito de uma **arbitragem**. Não há menção a desistência de pedidos. Daí, surge o objeto das presentes linhas: como se deve lidar com eventual desistência de pedidos no âmbito de uma **arbitragem**.

Não há, na Lei de **Arbitragem**, qualquer disposição acerca de desistência de pedidos. De igual forma, os regulamentos arbitrais, em especial, os mencionados acima, não contêm regras específicas sobre o tema.

Por outro lado, o direito processual civil brasileiro re-

gultou tal questão no art. 485, § 4º do CPC: "Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação". Na ausência de regra similar a respeito na Lei de **Arbitragem** e regulamentos arbitrais, indaga-se se a aludida norma processual seria automaticamente aplicável ao processo arbitral. A resposta é negativa.

De longa data, a doutrina brasileira, corroborada pela jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, à exceção de seus princípios, os dispositivos do CPC são inaplicáveis à arbitragem⁹, notadamente pelo fato de que tais dispositivos foram criados exclusivamente para o processo judicial¹⁰, devendo ser analisado, caso a caso, qual norma, e seu respectivo caráter principiológico, poderia ser aplicável, em determinado processo arbitral.

A regra disposta no art. 485, § 4º do CPC tem como objetivo impedir o autor de desistir unilateralmente de uma ação após a apresentação da contestação, protegendo, assim, o direito do réu de ter a lide resolvida. Com efeito, a obtenção de uma sentença de improcedência, oferece ao réu "inegável segurança jurídica"¹¹. Trata-se de uma regra de índole processual-constitucional, na medida em que se está em jogo o próprio acesso à justiça, vez que tanto o autor quanto o réu têm o lícito direito de obter uma tutela jurisdicional, seja de procedência, no caso do autor, seja de improcedência, no caso do réu¹².

Ocorre que tal regra, mesmo no âmbito do processo judicial, não deve ser lida de forma automatizada, como se qualquer recusa a uma desistência devesse ser considerada legítima. A uma, porque a recusa a que se refere o art. 485, § 4º do CPC deve ser motivada, sob pena de configuração de abuso de direito¹³⁻¹⁴, o que é vedado pela regra fundamental da boa-fé processual, prevista no art. 5º do CPC.

Ademais, a pretensa aplicação do aludido regramento, de forma subsidiária, automática e superficial no âmbito da **arbitragem** não faz qualquer sentido. Cada caso, em particular, deve ser analisado

em sua especificidade, de modo a medir as consequências de eventual desistência. Com efeito, deve-se analisar o momento processual da **arbitragem** em que a desistência é apresentada, se o escopo do direito de defesa da parte requerida foi reduzido a ponto de lhe causar violação a seus direitos fundamentais de natureza processual-constitucional, para então se aplicar, por analogia, a regra do consentimento da parte requerida.

Da mesma forma, um pedido de desistência poderia ocorrer em razão de uma demanda de caráter executivo paralela à **arbitragem**, entre as mesmas partes, que porventura faça com que a parte requerida desista de um pedido de natureza reconventional formulado no termo de **arbitragem**. Nesse caso, a desistência poderia ser acolhida para fins de se evitar decisões potencialmente conflitantes, o que não geraria a aplicação automática da regra prevista no art. 485, § 4º do CPC, mas, por outro lado, causaria reflexos na alocação de custos e despesas da **arbitragem**, avaliado pelo comportamento da parte que desiste.

Não se está aqui a afirmar que o regramento proposto pelo art. 485, § 4º do CPC não possa ser aplicado, ainda que por analogia, à uma **arbitragem**. Numa demanda em que, por exemplo, a requerente pretenda receber uma indenização por danos materiais decorrentes de quebra de relação contratual, a seu ver, injusta, pela contraparte. Nada impede que a requerente desenvolva seus pleitos formulados no termo de **arbitragem** e, após a fase instrutória, desista do pedido de condenação da parte requerida em danos morais, provavelmente porque seu pleito fora mal comprovado. Não há dúvida aqui que o tribunal arbitral, cioso de seu dever jurisdicional, ouvirá a contraparte acerca de seu consentimento para decidir sobre a desistência do pedido de condenação em danos morais. Com efeito, nessa hipótese, a parte requerida se defendeu, produziu provas a seu favor e agora tem o seu direito de obter provimento jurisdicional que resguarde seus direitos¹⁵.

Continuação: Desistência de pedidos na arbitragem

O objetivo dessas linhas é procurar demonstrar que não há campo para aplicação subsidiária da disposição contida no 485, § 4º do CPC na **arbitragem**, de forma automática e superficial. A ratio da norma deve ser preservada, isto é, garantir à parte demandada o direito de receber uma sentença de improcedência sobre o ponto objeto da desistência, mas é preciso que se investigue caso a caso, o nível de escopo de defesa que tenha sido reduzido pela desistência, o estado do processo, a motivação da re-

cusa, bem como, em geral, todas as peculiaridades¹⁶ que orbitarem em torno da desistência, sempre levando em consideração o comportamento da parte que desiste, cujo ônus deve ser suportado, o que gerará reflexos na alocação de custos e despesas da **arbitragem**, em sede de sentença¹⁷.

Anthropic obtém decisão importante sobre IA em processo sobre direitos autorais

Um juiz federal dos Estados Unidos em São Francisco decidiu na segunda-feira que o uso sem permissão de livros pela Anthropic para treinar seu sistema de inteligência artificial é legal de acordo com a lei de **direitos** autorais do país.

Ao lado das empresas de tecnologia em uma questão fundamental para o setor de IA, o juiz distrital dos EUA William Alsup disse que a Anthropic fez "uso

justo" de livros dos escritores Andrea Bartz, Charles Graeber e Kirk Wallace Johnson para treinar seu modelo de linguagem Claude large.

Alsup também disse, no entanto, que o armazenamento pela Anthropic de livros pirateados em uma "biblioteca central" violou direitos dos autores e que não representou um uso justo.

Anatel aproveita zona cinzenta na lei para bloquear sites

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



OUTRO LADO: Agência reguladora diz que resolução permite o bloqueio de sites com conteúdo audiovisual pirata

Brasília

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) aproveita uma zona cinzenta na lei do setor para pedir às provedoras de internet o bloqueio a sites suspeitos de **pirataria**. As decisões administrativas são muitas vezes sigilosas, sem indicar a razão para o pedido.

De acordo com o Relatório Anual de Fiscalização da agência, no ano passado foram realizadas 55 operações de bloqueio de serviços conhecidos como TV Box, que permitem o streaming de filmes e séries piratas. Nessas ações, foram desabilitados 10,8 mil endereços IP e 1.700 URLs.

"A Anatel, no âmbito da execução do Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado em resolução interna, pode expedir ordem de bloqueio no intuito de rotar o tráfego relacionado à

prestação clandestina do SeAC (popularmente TV paga) e o uso de equipamentos não homologados", afirma, em nota, a agência reguladora.

Sede da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília

-

A agência diz que a Lei Geral de Telecomunicações "veda a conexão de dispositivos não homologados [pela Anatel] nas redes de telecomunicações". Seria o caso dos equipamentos de TV Box.

Thiago Ayub, diretor de tecnologia da Sage Networks, discorda da justificativa usada pela Anatel para bloquear sites. "A Anatel não lida com propriedade intelectual ou audiovisual, então a saída dela foi ir contra os TV Box. Por serem ligados à rede de comunicação, eles precisariam ser licenciados pela Anatel, e eles não são", apontou.

A partir daí, a agência reguladora começou a atuar na apreensão dos equipamentos em operações em portos, aeroportos e outros locais.

"Em dado momento, a Anatel começou a fazer um home office disso. Como é difícil ir a campo e fazer grandes apreensões, ela teve a ideia de fazer remotamente a partir do bloqueio dos sites que possibilitam o streaming ilegal", disse. Para Ayub, a partir daí a Anatel "começou a acumular ilegalidades".

"Primeiro, como órgão fiscalizador ela não poderia fazer isso. Segundo, não tem lei que ampare essa atuação na internet. Terceiro, elas fazem isso de maneira

Continuação:
Anatel aproveita zona cinzenta na lei para bloquear sites

sigilosa. A Anatel não divulga quem escolheu bloquear, o que e a razão. Quando é no Judiciário, sabemos tudo isso", exemplificou.

TV Box

-

"Com discurso de combate à **pirataria** a agência concretamente montou serviço centralizado e automático de bloqueio de conteúdo", afirmou. "Se alguém quiser pode usar para censura. Como não tem transparência, não tem nada, não vamos saber. Sem transparência a gente não fiscaliza."

A Anatel afirmou que compete a ela "a adoção das medidas técnicas e administrativas necessárias e disponíveis para prevenir e cessar a atividade clandestina na prestação de serviço de televisão a cabo". Esse ponto está estabelecido na Lei Geral de Telecomunicações.

O problema, segundo Ayub, é que a lei não rege a internet. Assim, explicou, a alegação de atuar contra a televisão a cabo pirata não deveria possibilitar o bloqueio de sites de **pirataria** na internet.

A própria Anatel admitiu que precisa de uma mudança legal para ter o direito de bloquear páginas na internet em audiência realizada pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das Bets, do Senado, no fim de 2024.

Nela, a superintendente de Fiscalização da Anatel, Gesilea Fonseca Teles, explicou que a agência é limitada a notificar as prestadoras de telecomunicações para que as empresas bloqueiem os sites ilegais.

Para mudar isso, sugeriu mudanças no Marco Civil da Internet para conceder poderes à Anatel para fiscalizar, regular e aplicar sanções.

Na prática, isso já está acontecendo, explicou Ayub. Ele apontou que a Anatel dispõe de uma ferramenta chamada Lacre Virtual que bloqueia automaticamente os sites que a própria agência julga estarem fora da lei.

"A Anatel selecionou os dez maiores provedores de internet do país e pediu a eles acesso remoto ao seus roteadores e sistemas. A partir desse acesso remoto, ela injeta os comandos de bloqueio. É um botão centralizado de censura", afirmou.

"Outras agências reguladoras agem como fiscal. Nesse caso, a Anatel passou a ser a executora da ação. Em vez de mandar a lista de bloqueio, ela passou a executar o bloqueio", continuou.

ou

Juiz dos EUA respalda treino de IA com livros protegidos por direitos autorais

ÚLTIMAS

Um juiz dos Estados Unidos negou que a empresa Anthropic tenha violado a lei de **direitos** autorais ao treinar seu robô de inteligência artificial (IA) com livros sem a permissão dos seus autores, o que cria um precedente legal em um tema crucial para essa indústria.

O juiz federal de San Francisco William Asup determinou ontem que essa prática é permitida pela doutrina de "uso legítimo" da lei americana de **direitos** autorais.

A decisão decorre de uma ação coletiva movida pelos autores Andrea Bartz, Charles Graeber e Kirk Wallace Johnson, que acusaram a Anthropic de copiar ilegalmente seus livros para treinar o chatbot de IA da empresa (Claude), concorrente do ChatGPT.

"O uso dos livros em questão para treinar o Claude e seus precursores foi altamente transformador e constituiu um uso legítimo", afirma Asup em sua decisão de 32 páginas, na qual ele comparou o treinamento da IA à forma como os humanos aprendem lendo livros.

Músicos, escritores, artistas visuais e veículos de comunicação processaram empresas de IA que usaram seu conteúdo sem autorização ou pagamento. As empresas argumentam que treinar a IA com grandes conjuntos de dados transforma o conteúdo original e é

necessário para a inovação.

A Anthropic comemorou a decisão do juiz. "É coerente com o propósito do **direito** autoral de fomentar a criatividade e o progresso científico", disse à AFP um porta-voz da empresa.

O juiz negou, no entanto, que a prática da Anthropic de baixar milhões de livros pirateados para criar uma biblioteca digital permanente seja "um uso legítimo" segundo a lei americana de **direitos** autorais.

Além de baixar livros de sites que ofereciam obras piratas, a Anthropic comprou livros protegidos por **direitos** autorais e os armazenou no formato digital, segundo documentos da Justiça.

Embora treinar modelos de IA com o conteúdo pirata não tenha constituído uma infração legal, baixar cópias pirata para criar uma biblioteca violou os **direitos** autorais, independentemente do seu uso para o treinamento, destaca a decisão.

O caso seguirá para julgamento por perdas e danos relacionado com as cópias pirata da biblioteca. A Anthropic discordou dessa decisão e avalia suas opções legais.

gc/dw/val/ad/lb/ic

A disputa de Roberto Carlos no STF para rever pagamentos no streaming



Junto com os herdeiros de Erasmo Carlos, o cantor acredita que contratos antigos não são válidos para a era digital

O Supremo Tribunal Federal deverá decidir em breve se contratos antigos de **direitos** autorais que não previam a execução de músicas em ambientes digitais porque esse tipo de tecnologia não existia na época em que os contratos foram firmados, irão ser válidos para serviços de streaming. Como adiantou o Estadão, o tema será debatido em repercussão geral, o que significa que a decisão será válida para todos os casos semelhantes.

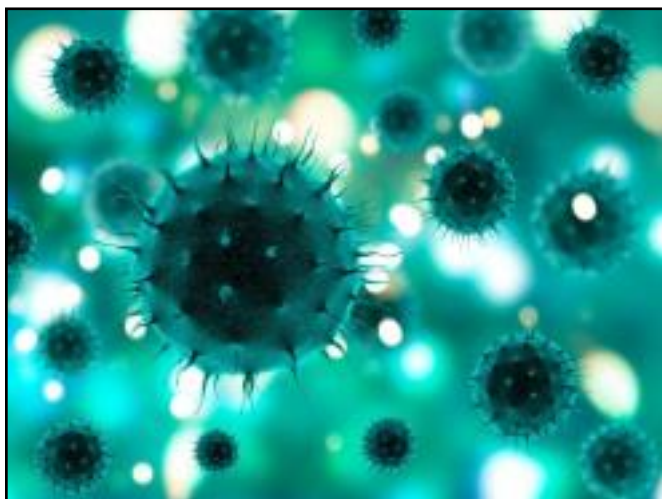
A motivação para a decisão do STF ocorre após Roberto Carlos e os herdeiros de Erasmo Carlos pedirem para revisar contratos de 73 obras com a Fermata do, assinados entre 1964 e 1987. Os documentos previam a exploração comercial gravadas em suportes como vinis, CDs e DVDs, mas não havia a previsão para exploração digital, já que a tecnologia não existia, ainda.

A empresa, por sua vez, defende que a cessão dos direitos é definitiva e vale para todos os formatos, exis-

tentes ou não na época da assinatura do contrato.

Caso o tema entre na pauta do STF, ele só será apreciado pelos ministros a partir do próximo semestre. Segundo o ministro Dias Toffoli, a corte tem recebido cada mais recursos sobre **direitos** autorais. "Levando-se em consideração a nova economia digital e os constantes desafios por ela criados, a questão posta nestes autos deve ser enfrentada da perspectiva constitucional, não apenas para a orientação do sistema como um todo, mas também para que se tenha segurança jurídica nas relações contratuais e no mercado do entretenimento", argumentou Toffoli.

Brasil adere a tratado sobre patentes com microrganismos



Sem adesão ao Tratado de Budapeste, microrganismos precisavam ser depositados fora do Brasil para viabilizar patentes.

seres inventivos Senado promulga adesão do Brasil a tratado sobre patentes com microrganismos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), promulgou nesta segunda-feira (23/6) um decreto legislativo que introduz no Brasil o Tratado de Budapeste, com regras sobre o depósito de microrganismos para pedidos de patentes.

Esses seres microscópicos são muito usados atualmente na produção agrícola, mas também podem ser aproveitados pela indústria farmacêutica, por exemplo.

Pedro Moreira, sócio do escritório Dannemann Siemsen (especializado em Propriedade Intelectual), agente da propriedade industrial e farmacêutico de formação, explica que a incorporação ao tratado "é um marco histórico para o sistema de patentes no país, com potencial de gerar ganhos de eficiência, soberania tecnológica e competitividade global".

A principal vantagem de incluir o Tratado de Budapeste na legislação brasileira é a redução dos custos

e do tempo de envio e depósito de microrganismos para patentes: "A adesão ao tratado tende a reduzir significativamente o tempo e os custos com envios internacionais e trâmites no exterior, promovendo celeridade e economia financeira direta para pesquisadores, empresas e instituições brasileiras que atuam com **biotecnologia**", indica Moreira.

Descrição detalhada

Em um pedido de patente, é necessária a descrição completa da invenção que se busca proteger. As orientações precisam ser claras o suficiente para que um técnico da área consiga reproduzir o produto sem esforços desnecessários ou exagerados.

Quando uma patente é concedida a um inventor, o produto não pode ser comercializado por terceiros durante 20 anos. No entanto, o sistema garante que esses terceiros se apropriem do conhecimento da invenção, para estudá-la e colocar algo no mercado após o fim do período de proteção exclusiva, ou mesmo inovar em cima dela de imediato. Quem se apropria de uma informação pode desenvolver um novo produto em cima do conhecimento existente e depositar uma nova patente.

Nos casos em que a invenção envolve material biológico - os microrganismos -, a descrição por escrito não é considerada suficiente para atender a esse objetivo. Por isso, em complemento ao relatório, uma cepa dos microrganismos usados no produto precisa ser depositada em um centro de referência.

Esses centros são chamados de autoridades depositárias internacionais (IDAs, na sigla em inglês). Elas são responsáveis por guardar os microrganismos, conservá-los e torná-los disponíveis ao público mediante solicitação.

Continuação: Brasil adere a tratado sobre patentes com microrganismos

As IDAs, para efeitos de patentes, são regulamentadas pelo Tratado de Budapeste, assinado na Hungria em 1977 e em vigor desde 1980. Atualmente, 91 países, além do Brasil, são signatários do pacto.

Pelas regras do tratado, os países são obrigados a reconhecer os microrganismos depositados nas IDAs como parte do procedimento de obtenção de patente. Assim, um depósito em uma dessas autoridades é válido para todos os signatários.

Brasil atrasado

Como mostrou a revista eletrônica Consultor Jurídico no último ano, o Brasil estava atrasado na internalização do tratado. Por isso, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) vinha fazendo pressão sobre parlamentares pela aprovação do decreto legislativo.

Mesmo sem a adesão, o **INPI** já aceitava o depósito de material biológico nas IDAs, ou seja, reconhecia a capacidade dessas autoridades de receber os microrganismos usados nas invenções. Mas, sem o decreto, o Brasil não podia ter centros do tipo em seu território. Assim, os inventores brasileiros (pessoas físicas, empresas ou instituições) precisavam enviar os microrganismos para IDAs de outros países.

Como membro do pacto internacional, o Brasil pode ter um centro depositário reconhecido no mundo todo, que guarda material biológico de forma geral. Parte da coleção pode ser voltada às patentes.

Isso, porém, não é automático. O país precisa sugerir instituições capazes de receber material biológico, para que o conselho do tratado as avalie.

Ao aderir ao Tratado de Budapeste, o Brasil também pode certificar algumas IDAs estrangeiras como preferenciais para depósito de microrganismos. Isso

abre espaço para uma parceria entre países, com cobrança de um preço mais barato.

O ganho de tempo é mais uma vantagem. Enquanto o material biológico não é depositado em uma IDA, o inventor não pode pedir a patente ao **INPI**. Um centro no Brasil aceleraria esse processo.

Esse fator também é importante para pesquisas que importam o material biológico. As cepas precisam passar pela alfândega e pelo controle sanitário do país, que tem restrições rígidas ao transporte de microrganismos, para evitar a entrada de pragas.

Mesmo lacrados e refrigerados, os microrganismos têm um tempo de vida limitado. A depender da demora nos trâmites de importação, esses seres podem morrer e, assim, perder sua utilidade para as pesquisas. Caso isso aconteça, é necessário esperar a vinda de uma nova cepa, o que representa mais gasto de tempo e dinheiro.

Uso amplo

A principal utilização dos microrganismos no Brasil atualmente é na área da agricultura, com os bioinsumos e biodefensivos. Um exemplo é o tratamento de cana-de-açúcar para a produção de combustível e outros ativos, além de bioplásticos.

Os microrganismos são usados no lugar de produtos químicos para controlar pragas, aprimorar a colheita e aumentar a produtividade agrícola.

Eles também podem ser utilizados pela indústria farmacêutica, em pedidos de patentes para vacinas ou medicamentos, embora isso ainda não aconteça.

José Higídio É Repórter Da Revista

Quando o calo aperta, 'abaixo os cortes!'



Setor de combustíveis lança manifesto contra cortes na fiscalização da ANP e expõe na prática o que é o 'fim da ganância'

Fiscalização ANP em posto de combustíveis (foto de Marcelo Camargo, ABr)

Entidades empresariais do setor de combustíveis e biocombustíveis lançaram o "Manifesto pela revisão de cortes na ANP", diante da notícia divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de suspensão do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (P-MQC) durante julho e a "redução dos recursos destinados à fiscalização".

As entidades - entre elas Abicom, Sindicom e IBP - demandam, "com urgência, a revisão dos cortes orçamentários impostos às agências reguladoras para normalização dos serviços". Acrescentam que a ausência de fiscalização fragiliza o ambiente de negócios. "O programa realiza mais de 16 mil análises mensais e orienta as fiscalizações da ANP. Na última suspensão por 2 meses, em 2024, irregularidades chegaram a 40% em algumas regiões."

Nessas horas, nunca se esquece do consumidor, que sofrerá impactos "diretos e severos", com maior risco de abastecimento com combustível de má qualidade. "Investir na estrutura das agências é investir na proteção do consumidor, na segurança energética do país e na credibilidade do ambiente regulatório bra-

sileiro", finaliza o Manifesto.

A demanda parece absolutamente correta. E tem um efeito extra: concretizar o que são os cortes exigidos para impedir a "ganância" do governo. Eles significam reduzir o Estado e piorar os serviços aos cidadãos, sendo eles consumidores ou empresários. Na hora em que o calo aperta, a ideologia some.

Espaço Publicitário

Chega de ganância! | Monitor Mercantil

Concentração cripto

Análise da CryptoPresales mostrou que 98% de todas as criptomoedas em circulação valem menos de US\$ 1. Apenas 49 delas valem mais de US\$ 100, e somente 19, mais de US\$ 1 mil. De acordo com o CoinMarketCap, as 10 moedas digitais de maior valor representaram 91% do valor total do mercado de criptomoedas na semana passada, 5% a mais do que há 6 meses.

Maratona no iFood e Rocketseat

A campanha de doações para a Maratona Tech - competição de tecnologia - convida os consumidores do iFood a fazerem doações diretamente pelo app, até a próxima quinta-feira. Todas as contribuições feitas nesse período serão dobradas pela Rocketseat.

A Maratona é uma iniciativa do Movimento Tech 2030 e da Associação Cactus e tem como missão ampliar o acesso de jovens ao universo da tecnologia.

Rápidas

O Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, organizado pela **ABPI**, retornará à cidade de São Paulo, de 17 a 19 de agosto, como tema "Colaboração na Era da Inteligência". Detalhes aqui *** Neste sábado e no domingo, a Praça do Lido, em Co-

Continuação: Quando o calo aperta, 'abaixo os cortes!'

pacabana, recebe a 2ª edição do Rock 80 Festival - Edição Junina *** No próximo sábado, o Shopping Multicenter Itaipu, em parceria com o Grupo Adotar é o Bicho e a Universidade Salgado de Oliveira, receberá a Feira de Adoção Pet, das 15h às 18h *** O Festival Pacto das Pretas - edição RJ será em 21 de julho, no Teatro Nelson Rodrigues, das 8h às 18h, com

o tema "Mulheres negras na economia: oportunidades e desafios para a equidade no mercado". A retirada de ingressos gratuitos será aberta no dia 30, via Sympla.

Marcos De OliveiraJornalista

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3, 22

Propriedade Intelectual

3, 5

Marco regulatório | INPI

3, 20

Patentes

3

Propriedade Industrial

3

Entidades

3

Arbitragem e Mediação

12

Direitos Autorais

15, 18, 19

Pirataria

16

Inovação

20